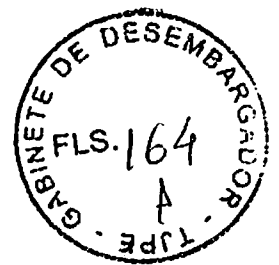




019



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

Agravo de Instrumento nº 192394-4 – Comarca de Recife**Agravante:** Estado de Pernambuco**Agravada:** Gabriela de Brito Araújo

5270

EMENTA: ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONCURSO PÚBLICO. PERCENTUAL MÍNIMO DE ACERTOS EXIGIDO NO EDITAL IMPOSSÍVEL DE SER ATINGIDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS COMPOSTAS POR UM NÚMERO ÍMPAR DE QUESTÕES. RECURSO IMPROVIDO POR MAIORIA DE VOTOS. 1. A candidata agravada restou eliminada do certame sob o argumento de que não teria obtido o percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) de acertos na disciplina "Raciocínio Lógico" da sua prova objetiva, uma vez que acertou apenas 7 (sete) das 15 (quinze) questões que compunham a referida matéria. 2. No caso, não obstante o fato do Edital ser a lei interna do certame e sua estrita observância garantir a objetividade da atuação administrativa, observou-se que o percentual de rendimento mínimo previsto no edital não tinha possibilidade material de ser atingido em relação à disciplina em questão, porquanto, como visto, a mesma continha o número ímpar de 15 (quinze) questões formuladas e, desta forma, somente poderia corresponder ao percentual de 50% (cinquenta por cento) exigido para aprovação o número também ímpar 7,5 (sete e meio), matematicamente impossível de ser alcançado, vez que a prova realizou-se no sistema de múltipla escolha e cada questão valia 1 (um) ponto. 3. Assim sendo, à luz do princípio da isonomia, a candidata agravada foi considerada classificada no certame em virtude do seu número de acertos ter sido o que mais se aproximava do percentual mínimo exigido naquela matéria. 4. Por maioria de votos, negou-se provimento ao Agravo de Instrumento.

ACÓRDÃO

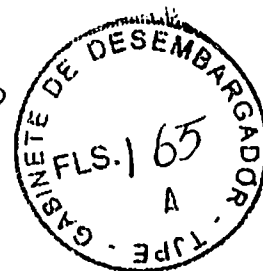
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Agravo de instrumento nº 192394-4, acima mencionado, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Oitava Câmara Cível deste

04 - AI 192394-4

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.



020

**Poder Judiciário****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO****Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães****OITAVA CÂMARA CÍVEL**

Tribunal de Justiça, em sessão realizada no dia 05 de novembro de 2009, em negar-lhe provimento por maioria de votos, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.**Recife, 03 de dezembro de 2009****Des. José Ivo de Paula Guimarães – Relator**



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL



Agravo de Instrumento nº 192394-4 – Comarca de Recife

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravada: Gabriela de Brito Araújo

RELATÓRIO

Cuida-se de Agravo de instrumento pugnando pela suspensividade da decisão interlocutória proferida nos autos da Ação Ordinária nº 001.2009.118311-2, a qual, concedendo a liminar pleiteada, determinou que o Estado agravante reconheça a classificação da agravada para que a mesma possa participar da 2ª fase do concurso público para provimento do cargo de Analista em Gestão Administrativa, da Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco.

Em suas razões, de fls. 02/12, alega o agravante que a eliminação da agravada deu-se em estrito cumprimento ao edital do certame, que, por sua vez, não possui qualquer vício de legalidade, o que inviabiliza a interferência do Poder Judiciário na questão, sob pena de afronta ao art. 2º da CF/88.

Consoante certidão acostada à fl. 146 dos presentes autos, decorreu o prazo legal sem que a parte agravada tivesse apresentado suas contrarrazões.

A douta Procuradoria de Justiça ofertou parecer às fls. 150/152, opinando pela manutenção da decisão agravada.

É o relatório.

Inclua-se o feito em pauta para oportuno julgamento.

Recife, 27 de outubro de 2009

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Agravo de Instrumento nº 192394-4 -- Comarca de Recife

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravada: Gabriela de Brito Araújo

VOTO

É certo que, com o advento da Constituição Federal de 1988, tornou-se obrigatória a aprovação prévia em concurso público para o provimento de quaisquer cargos ou empregos na Administração (Direta e Indireta), a qual, segundo os ensinamentos de Hely Lopes Meirelles, "(...) *é livre para estabelecer as bases do concurso e os critérios de julgamento, desde que o faça com igualdade para todos os candidatos, tendo, ainda, o poder de a todo tempo, alterar as condições e requisitos de admissão dos concorrentes, para melhor entendimento do interesse público*"¹.

Nessa mesma linha, ressaltando que o edital é a lei interna do certame e que sua estrita observância garante a objetividade da atuação administrativa, merece destaque a disposição editalícia contida no subitem 9.3, que assim dispõe:

9.3. Será eliminado do concurso o candidato que não obtiver pelo menos 50% (cinquenta por cento) de acertos em cada disciplina da prova objetiva ou 50% (cinquenta por cento) em cada questão da prova discursiva.

No caso, de acordo com o documento de fl. 80, verifica-se que a agravada restou eliminada do certame sob o argumento de que não teria obtido o percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) de acertos na disciplina "Raciocínio Lógico" da prova objetiva, uma vez que acertou apenas 7 (sete) das 15 (quinze) questões que compunham a referida matéria.

Com efeito, é de se observar que o percentual de rendimento mínimo previsto no edital não tinha possibilidade material de ser atingido em relação à disciplina em questão, porquanto, como visto, a mesma continha o número ímpar de 15 (quinze) questões formuladas e, desta forma, somente poderia corresponder ao percentual de 50% (cinquenta por cento) exigido para aprovação o

¹ Meirelles, Hely Lopes, *Direito Administrativo Brasileiro*, 17ª edição, p. 376.



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

número também ímpar 7,5 (sete e meio), matematicamente impossível de ser alcançado, vez que a prova realizou-se no sistema de múltipla escolha e cada questão valia 1 (um) ponto.

Ademais, destaque-se que o instrumento convocatório do certame, no subitem 12.1.8, expressa que *"todos os cálculos citados neste edital serão considerados até a segunda casa decimal, arredondando-se o numero para cima, se o algarismo na terceira casa decimal for igual ou superior a cinco"*, não havendo, portanto, previsão editalícia para arredondamento de cálculos no caso de segunda casa decimal como ocorreu no caso em questão.

Assim sendo, reconheço a ilegalidade na reprovação do agravado, posto que, diante do número ímpar de questões na prova em discussão, mostra-se impossível atingir o rendimento mínimo especificado no regulamento do certame, logo, em observância ao princípio da isonomia, entendo acertada a interpretação que considera aprovado no certame o candidato que respondeu corretamente 7 (sete) questões da prova de Raciocínio Lógico, visto que o mencionado número é o que mais se aproxima do percentual mínimo exigido naquela matéria.

Corroborando o entendimento ora adotado, o excerto do STJ com ementa adiante transcrita, vejamos:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. AUDITOR FISCAL DO TESOUREIRO NACIONAL. CURSO DE FORMAÇÃO. PROVA OBJETIVA. PERCENTUAL MÍNIMO EXIGIDO NO REGULAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Conforme precedente desta Corte, é ilegal a reprovação de candidato que não obtém percentual mínimo de aprovação previsto no regulamento do certame, em razão do número de questões formuladas. 2. Recurso conhecido e provido (REsp 488004 / PI, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, T6 - SEXTA TURMA, DJ 22/03/2005).

Ante o exposto, voto pelo improvimento do presente recurso, com a manutenção da decisão vergastada em todos os seus termos.

É como voto.
Recife, de 2007

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (PRESIDENTE)

O Desembargador Relator nega provimento ao agravo.

Ouç o Desembargador Bandeira de Mello.

DESEMBARGADOR BANDEIRA DE MELLO

Senhor Presidente, para registro da taquigrafia, ressalvo a minha posição pessoal no sentido de que as disposições editalícias que exigem o acerto mínimo de 50% (cinquenta por cento) são exequíveis, ainda que o número de questões seja ímpar.

Pelo que, peço vênica para dissentir e dar provimento ao recurso.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (PRESIDENTE)

Acompanho o Desembargador Relator.

DECISÃO

"POR MAIORIA DE VOTOS, IMPROVEU-SE O AGRAVO INSTRUMENTAL".
